

O MITO DA GRANDE MÁQUINA

A Ideologia do Industrialismo

Franz Josef BRÜSEKE

Departamento de Sócio-Políticas e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará

RESUMO: O artigo tematiza as transformações essenciais que acompanham a industrialização. Submete a crítica marxiana da sociedade, no que concerne principalmente às relações de produção, a uma revisão, e sugere incluir na crítica, também, as forças produtivas. Movimentos sociais desempenharam várias vezes o papel que tiveram as classes burguesas da Europa Central no século XIX: ser o motor da revolução industrial. Frente à crise econômica, social e também ecológica da sociedade industrial, a redefinição do "progresso social" toma cada vez mais espaço na discussão contemporânea dentro das ciências sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Industrialização, Marxismo, Ecologia, Tecnologia.

THE BIG MACHINE MYTH

THE IDEOLOGY OF THE INDUSTRIALISM

ABSTRACT: This paper focuses on the essential social transformations going along with industrialization. It submits the critics to the marxian society mainly those related to the relations of production, to a revision and suggest to include the productive forces in the critics. Social movements performed many times the role that central european bourgeoisie classes had in the nineteenth century: to be the motor of the industrial revolution. In face of the economical, social, and even ecological crisis of the industrial society the redefinition of "social progress" becomes increasingly more relevant in the contemporary discussion in the social sciences.

KEY WORDS: Industrialization, Marxism, Ecology, Technology.

Em conexão com discussões sobre os grandes projetos na Amazônia uma reflexão sobre as justificativas teóricas da industrialização parece ter muito sentido. Quais são as características peculiares do sistema industrial? (ARON, 1964; GALBRAITH, 1968).

Como se modificam as estruturas político-econômicas básicas de uma sociedade sob a influência da industrialização? (ULLRICH; 1979).

Eis aqui questões que precisam ser respondidas, caso seja necessário decidir, se a industrialização realmente - conforme seus defensores - significa progresso.

A revolução industrial na Europa foi acompanhada do surgimento de uma teoria crítica que analisava o caminho capitalista da industrialização. Industrialização como tal, mas encarada como passo necessário ao desenvolvimento da humanidade (AMERY, 1974). O principal expoente dessa escola teórica foi Karl Marx. (MARX, 1967).

As tentativas de transformações anti-capitalistas que a ele (MARX) se referem, como por exemplo na União Soviética tornaram o desenvolvimento das forças produtivas em um dos seus principais objetivos. Decisiva nesta concepção foi a mudança das relações de produção - As forças produtivas estavam isentas de críticas. Hoje se acha em questão, se a complexa maquinaria da produção industrial não dá um rótulo à sociedade, o qual, independentemente de quem for "dono" do aparato produtivo, determina o padrão social. (MUMFORD, 1977).

Mas comecemos então por MARX. Segundo a concepção de Karl Marx uma sociedade autenticamente livre e humana só é possível se baseada em forças produtivas desenvolvidas. Primeiramente devem a maquinaria, a organização do trabalho estar tão des-

dobrados sobre tempo suficiente para efetivas atividades de satisfação pessoal. Todas as sociedades pré-industriais são dominadas não apenas pelas respectivas classes dominantes, mas também pela lei da necessidade a qual baseada no baixo nível da força produtiva não pode ser rompida.

O papel histórico da burguesia foi, de acordo com MARX, realizar a Revolução Industrial, rasgar os laços feudais - conforme MARX os denominara - e no lugar dos idílios patriarcais erigir a sociedade moderna, na qual não os elos sentimentais, e sim oferta e procura é que determinariam as estruturas básicas da sociedade. O capital reunido em alguns países europeus durante a fase da acumulação inicial foi utilizado pelo novo grupo social emergente, a burguesia, para gradativamente em conexão com os progressos científicos e técnicos submeter o mundo inteiro às necessidades do modo de produção capitalista. MARX e os seus adeptos, dirigentes do movimento trabalhista, tanto criticaram a burguesia e nunca colocaram em questão a tarefa histórica da classe capitalista. Em poucas palavras esta significa: destruição de formações sociais retrógradas, desdobramento da força produtiva e introdução do sistema industrial. Correspondente a isso aparece no Manifesto Comunista de 1848. "A burguesia através da acelerada melhoria de todos os instrumentos de produção, através da comunicação infinitamente mais facilitada subjuga a todos inclusive as nações mais bárbaras à civilização". A visão de MARX de uma sociedade com abundância material, regida pela classe dos produtores não é possível de se imaginar sem esse trabalho anterior civilizatório da burguesia. No centro deste ideal de civilização encontram-se a força produtiva desdobrada e o trabalho socializado num alto nível.

Por que motivos **MARX** ligava a sua utopia histórica tão profundamente com o desenvolvimento das forças produtivas burgueses - capitalistas? **MARX** encarava as forças produtivas desenvolvidas como importante pré-condição básica da ambicionada ordem social socialista-comunista, já que elas a) garantiriam uma elevada produtividade, ou seja, por intermédio de maior aprofundamento científico do processo de produção seriam necessárias menos horas de trabalho para cada unidade de produto; b) exigiriam uma elevada complexidade do processo de trabalho, a qual aumentaria o grau de socialização do trabalho e inseriria no lugar da pequena produção isolada um acentuado sistema de divisão de trabalho.

Havia na concepção de **MARX** um potencial inerente à força produtiva o qual num decorrer próprio de si e independente, mudou as estruturas de organização da sociedade, "elas precisavam ser detonadas, elas foram detonadas" - uma forma freqüente de **MARX** se expressar, quando ele era levado a falar das mudanças quase forçadas das relações de produção através das forças produtivas.

MARX parte de um "a priori" característico do pensamento do século XIX; desta maneira a história tem o objetivo de substituir o simples pelo complexo, o baixo pelo mais alto. Indiscutivelmente penetraram na filosofia histórica de **MARX** elementos da filosofia histórica de Hegel. O desenvolvimento da força produtiva como secularização do Weltgeist - da lógica da história hegeliana.

A filosofia do progresso inerente à teoria de **MARX**, fez esta extremamente apropriada como filosofia do partido da antiga social-democracia por um lado, e de diversas correntes radicais à esquerda por outro. A tese da necessidade do desenvolvimento da força produtiva foi retomada principalmente por

LENIN. Para ele, e para os bolcheviques, era indiscutível que a Rússia agrária, ou como se queira, subdesenvolvida, deveria passar primeiramente pela fase da industrialização, antes que a mesma pudesse realizar o ideal de uma sociedade igualitária, sob uma abundância material. (**LENIN**, 1918, p. 332). "Não se pode pensar em Socialismo sem a grande técnica capitalista, que seja construído nos últimos moldes da ciência moderna. Não se pode pensar em Socialismo sem organização planejada que mantenha milhares de pessoas na mais severa observância de uma norma unificada na produção e distribuição dos produtos. Sobre isso nós marxistas sempre falamos e não vale a pena também desperdiçar sequer dois minutos, conversando com pessoas que nem mesmo entenderam isso". O desenvolvimento das forças produtivas - segundo a visão de **MARX**, na realidade tarefa da burguesia - foi tomado na Rússia pelo partido revolucionário, ao qual foi possível tomar em mãos em Outubro de 1917 o altamente centralizado aparelho estatal czarista. Socialismo, isto era segundo as próprias palavras de **LENIN** "Soviets mais electricidade": Num gigantesco esforço a Rússia, bastante enfraquecida pela primeira guerra mundial e que produzia apenas o essencial em amplas regiões, além de possuir pequenos centros industrializados isolados; foi transformada de um país agrário num país industrializado. O modelo soviético de uma industrialização em recuperação necessitava de imensas reservas, as quais seriam tomadas na sua maior parte do setor agrário. O capital internacional financeiro não se apresentava disponível à Rússia pós-revolucionária.

Desta maneira para muitos produtores rurais era, pois, tanto lógico que eles se recusassem a entregar o "produto excedente", quanto era claro

para a nova classe política, que tinha se constituído após a revolução de outubro, a seguinte alternativa: ou se conseguiria com a ajuda do potencial agrário dentro de um curto tempo ampliar o setor industrial, notadamente o da indústria pesada, ou então o socialismo russo desapareceria do cenário histórico como um curto episódio pós-guerra. Diferentemente do processo de industrialização dos países ocidentais que em comparação se desenvolveram lentamente, tendo por base os conglomerados de iniciativa privada dos cidadãos e que só experimentou numa fase posterior uma forte participação estatal, o desenvolvimento industrial da Rússia foi cunhado desde o princípio por uma gigantesca intervenção estatal. O fato de que o Estado central na União Soviética pôde dar cabo de tão importante função, não repousava apenas na despótica estrutura que os revolucionários haviam encontrado numa Rússia metade asiática, metade européia. Tem-se demonstrado (DU-TSCHKE 1974) que a sociedade agrária russa possuía em sua base fortes elementos coletivistas (sistema-MIR), aos quais a coletivização da agricultura podia acoplar-se. Sobre este fundamento social, o qual se constituía de comunidades aldeãs, repousa bem distante, tanto do ponto de vista geográfico como sociológico, o aparato do poder estatal. Quem possuísse Moscou e Petrogrado, tinha também a Rússia. A tática bolchevista de luta de poder refletia sensivelmente este aspecto. Os acontecimentos do período pós-guerra, no qual a área de influência bolchevista se achava reduzida ao eixo Petrogrado-Moscou durante a fase mais desfavorável para os revolucionários, mostram claramente quão fortemente o poder político se concentrava na cidade região. Partindo do centro do poder os bolchevistas conquistaram toda a sociedade russa, não só política e mili-

tarmente, mas também do ponto de vista econômico. Em concomitância com uma estrutura social centralizada a nova classe política edificou um aparato administrativo estatal, que impulsionou a todo custo uma industrialização nos anos e décadas subsequentes.

Os revolucionários fixados em moldes ocidentais não estavam sensíveis aos rumos específicos da agricultura. Eles viam nela uma relíquia retrógrada que deveria ser "coletivada" ..., o que no fundo significava a submissão da população camponesa à burocracia estatal e às metas de produção por esta pré-estabelecida. A industrialização da agricultura baseada em:

- motorização impulsionada bruscamente
- cultivo de monoculturas
- grandes unidades empresariais e
- manipulação da natureza

levou a União Soviética a sérias crises de abastecimento. Estas e mais o disciplinamento da população, que estava oculto sob o slogan político "liquidem os culacos como classe", custou, segundo previsões cuidadosas, a vida de milhões de pessoas. A polémica crítica com a primeira tentativa de uma transformação socialista na União Soviética surgiu, pois, pelo fato de que ela mostra na prática as possíveis consequências da ideologia industrialista. Diversas revoluções do século vinte sucederam o modelo russo, as quais na sua totalidade se propuseram forçosamente - de uma maneira mais rígida ou não - a um conceito de industrialização.

A definição dos países da África, da Ásia e da América Latina é medida interessantemente apenas no grau de sua industrialização. Mais interessante ainda é que tanto elites "progressivas" quanto elites "burguesas" concordam clara e surpreendentemente

em sua orientação global frente a uma sociedade industrial desenvolvida.

Quais são as características típicas de uma sociedade industrial? Para ser mais preciso, quais as inovações que a sociedade industrial introduziu na história da organização de trabalho? Pode-se caracterizar a economia de subsistência ligada a uma estrutura social tribal e familiar como sendo um conceito histórico oposto ao sistema industrial. A sociedade industrial não conhece mais um círculo econômico fechado e sim está situada em um processo dinâmico. A economia de subsistência por seu turno é caracterizada - pelo menos até esporádicas exceções - através da produção para a própria necessidade; visto exteriormente, isso aparece como uma estagnação econômica. Até mesmo a sociedade de tropa já desenvolvida, que utiliza "dinheiro" como intermediário de troca, não possui a dinâmica de crescimento da sociedade industrial. A sociedade de troca produz mercadorias apenas - por intermédio do dinheiro para comercializá-las com outras mercadorias e então consumir estas últimas. A economia capitalista, por outro lado, emprega sempre o dinheiro na produção de mercadorias para obter mais dinheiro após a venda da mesma do que o que foi investido. O valor produzido é, segundo a concepção de **MARX**, baseada na exploração dos trabalhadores, é submetido a uma infinita cadeia de processos de produção de mercado. A aquisição do dinheiro vira a única meta da produção.

"Acumular. Acumular. Eis aí Moisés e os profetas". É assim que Karl Marx descreveu prosaicamente o mecanismo de impulsão da produção capitalista. O desenvolvimento do tipo de economia capitalista forneceu fortes impulsos à formação do sistema industrial e isto tem um motivo, pois o sistema in-

dustrial é por diversas razões a forma de organização adequada de economias assentadas de modo autoritário e/ou explorativos. Por que? A separação da grande massa de trabalhadores, dos aparelhos e matérias-primas necessários para a produção é particularmente característica. A criação da nova classe de proletariados expropriados através do sistema industrial, junto com inúmeros problemas sociais, este sempre esteve no centro da crítica ao capitalismo; no entanto raramente tematizou o sistema industrial como tal. O livre trabalhador assalariado, livre dos laços sociais que impedem o processo de trabalho, bem como livre dos direitos de determinar o processo de produção, é indispensável para o funcionamento do sistema industrial.

Nós podemos verificar desde alguns anos que nos países economicamente mais fortes, o tipo desse trabalhador assalariado sofreu grandes mudanças. Por um lado, diminui relativa e absolutamente o número de trabalhadores nos setores da indústria que exigem trabalhos pesados. Observa-se com isso a diminuição também da clientela dos partidos que se relacionam com estes setores da população. Por outro lado, cresce (ainda) o número de trabalhadores do setor de serviço. As inovações tecnológicas e também a estrutura de demanda mudada, que modificaram eficazmente o aspecto clássico do proletariado, não levaram, no entanto, ao término da estrutura elementar do sistema industrial: à exclusão do trabalhador do poder de dispor sobre o processo e produto de trabalho e da eliminação do trabalhador dos tradicionais laços sociais através dos tipos de socialização industrial.

A crise dos sistemas de relação micro-sociais nos países que já experimentaram a industrialização, ou ainda hoje estão engajados nelá é um espe-

lho destas mudanças. Assim como o aumento do sofrimento psíquico que reflete o isolamento e dano no processo de industrialização.

Característica da mesma forma para o sistema industrial é a divisão do trabalho em alto nível. Nas sociedades européias pré-industriais, ainda dominadas pela produção agrária, a maior parte dos trabalhos manuais foi incluída de imediato na empresa rural. A formação de centros urbanos levou paralelo à dominância política sobre o campo e o isolamento do trabalho manual. A primeira grande divisão de trabalho social entre a cidade e o campo se deu, na verdade, em dependência mútua - dependência da cidade dos gêneros alimentícios e dependência do campo da produção de mercadorias e no setor de serviços - sem, entretanto, que houvesse entre ambos um equilíbrio político-social. Os grupos populacionais urbanos, dos quais se recrutava o pessoal dos aparatos estatais, decidiam a seu favor o conflito cidade versus campo. O resultado disso foi relativo sub-abastecimento das regiões campestres com as mais diferentes instalações infra-estruturais e levou a uma urbanização das riquezas sociais. O artesanato urbano que se decompunha em corporações não era agora o ponto final, mas antes de tudo o início de um contínuo processo de divisão das práticas intelectuais e manuais, o que ainda perdura hoje. Sobre a manufatura surgiu, primeiramente na Inglaterra e na França, a produção fabril que de certa maneira fornece o padrão básico da organização do trabalho industrial.

A fábrica divide o processo de trabalho numa seqüência de trabalhos manuais de modo que ninguém, que tome parte na produção, fabrique um produto inteiro. Os operários que trabalham em conjunto de uma maneira econômica - o que significa uma econo-

mia de tempo, energia e material - produzem nas organizações fabris muito mais do que aqueles que trabalham manual e individualmente.

Os capitais individuais precisam acumular, pois do contrário a concorrência capitalista vai arruiná-los e por este motivo devem ter um interesse em baixar continuamente seus custos empresariais por unidades. Na organização da divisão de trabalho na fábrica os donos de capital acharam uma organização de trabalho adequado, o que valia também para as necessidades do capital, já que a produção moldada fortemente na divisão do trabalho se adequava sem problemas às respectivas inovações técnicas.

A motivação do trabalho surge no sistema de fábrica não mais pelo interesse no produto - o qual não é mais reconhecível como resultado do próprio desempenho do trabalho -, e sim notadamente da remuneração.

Além da divisão do trabalho na empresa, o sistema industrial divide toda a produção social em setores especializados. Uma empresa concentra-se somente em um produto ou em um grupo de produtos definidos e limitados. As vantagens administrativas desta especialização são a princípio evidentes; entretanto, se considerarmos este princípio de organização num contexto mais amplo, devemos chamar a atenção para algumas pesadas conseqüências.

Para a agricultura, a especialização da empresa em apenas um produto significa a aplicação de monoculturas. Para empregar a maquinaria e todos os outros fatores de produção da moderna empresa agrária, de um modo economicamente eficiente, devem ser trabalhadas amplas áreas. Isto é válido tanto para a agricultura como para a pecuária. Foram documentadas já várias vezes as conseqüências ecológicas catastróficas de grandes áreas de cultivo de monocul-

tura; e mostrado que finalmente a agricultura industrializada apenas oculta os custos reais macro-econômicos de uma produção que micro-econômicamente parece eficiente.

Matérias naturais ainda não valorizadas (p. ex. o ar, a água, a floresta) não aparecem na contabilidade empresarial como fatores de custo, sendo portanto considerados como não-existentes. Todavia eles existem - apenas não perceptíveis com um instrumentário de análise da ideologia industrialista. Também a análise ampliada macro-econômicamente, a qual observa apenas as conseqüências econômicas da destruição de recursos naturais, não é tão abrangente assim. A divisão dos laços produtivos, característica do sistema industrial, trouxe consigo inúmeras desvantagens notadamente para os países da Ásia, África e América Latina, que ingressaram tardiamente na concorrência do mercado mundial. A concentração de economias inteiras em apenas um ou poucos produtos tiradas mesmas as possibilidades da própria subsistência. A destruição de uma produção de gêneros alimentícios diferenciada para o mercado interno é verificada sobretudo nos países africanos. Viver apenas de soja, amendoins ou milho, nenhum país consegue. A conseqüência é uma extrema dependência da importação de alimentos. Além disso, tais países encontram-se desprotegidos diante das oscilações do mercado mundial. Tentativas de diversificação de produção nacional posterior, depois da destruição do meio-ambiente, depois de arruinar o pequeno lavrador e depois da perda da qualificação de uma sociedade de se auto-abastecer num nível dignamente humano (SAHLINS, 1978) tais tentativas trazem até hoje apenas poucos frutos. A tese da irreversibilidade de alguns processos de destruição deve ser levada inteiramente a sério.

Um tipo de socialização como do sistema industrial, o qual é baseado na divisão de elementos, necessita, para poder funcionar como sistema, de fortes centrais coordenadoras. Tanto no plano empresarial, como no da economia inteira, verifica-se portanto o surgimento de aparatos administrativos que nesta ordem de grandeza não eram conhecidos pelas sociedades pré-industriais. O problema não reside tanto no tamanho em si da parte administrativa da sociedade industrial, e sim na concentração de saber e poder nesta administração. (TRAUBE & JUNGK, 1977; HUBER, 1978).

A separação do saber sobre contextos econômicos e sociais daqueles que participam diretamente da produção faz destes últimos meros objetos, sem a oportunidade de realizar seus próprios projetos. De fato a síntese social ocorreu sempre às voltas do participante, contudo, os indivíduos nunca foram entregues à sociedade tão débeis, quanto no sistema industrial centralizado.

A tendência nos países economicamente mais fortes parece se orientar no sentido de que se destruam associações tais como família, etc, a micro-níveis até a pequenos resíduos e de submeter os indivíduos liberados a grandes organizações sociais. As subculturas que se observam nos países industrializados surgem no vácuo, que é deixado pela sociedade industrial na vida cotidiana do homem.

Utopias sociais que desejam meramente mudar as relações de posse desconhecem que a estrutura autoritária da grande máquina leva cada utopia social desejosa de liberdade, igualdade e felicidade ao absurdo. A crítica das relações de produção deve ser complementada através de uma crítica das forças produtivas (ULLRICH, 1979).

A mera nacionalização dos equipamentos dos meios de produção não se encontra de forma alguma oposta à lógica do sistema industrial. Exatamente ao contrário: o empreendimento deslocado de acordo com gerência adequada deve ser ligado a partir de uma determinada ordem de grandeza, exige uma infra-estrutura econômica e política sem a qual ela não funcionaria. Socialização frequentemente não é outra coisa senão a demonstração da realidade de que a complexidade e o tamanho da força produtiva desenvolvida corresponde a formas administrativas complexas e grandes. O desenvolvimento infra-estrutural em torno do Projeto Grande Carajás por exemplo não é possível sem o engajamento estatal. O sistema industrial desenvolvido precisa e produz uma supra-estrutura com competência abrangente. E isto independentemente da constituição política de um país. O problema da burocracia se põe portanto de maneira igual nos chamados países capitalistas, e nos chamados socialistas. Ele (o problema) se põe antes de mais nada naqueles países que tentam através da intervenção estatal uma industrialização tardia.

A classe dominante do sistema industrial não é mais na tendência histórica uma burguesia formada de empresários. A sociedade industrial desenvolvida não seria, portanto, corretamente caracterizada como sociedade burguesa. Quando se pode identificar uma classe dominante na sociedade cunhada pelo sistema industrial, sociedade esta que exerce o domínio essencialmente sobre suas estruturas de organização e repressão vinda da lógica do sistema, então trata-se da classe política dos executivos no cume dos aparatos políticos e econômicos. Utopias revolucionárias anti-burguesas que se referem de maneira tradicional a uma limitada classe definida de capi-

talista incorrem assim simplesmente no vazio, se elas forem postas à sociedade industrial desenvolvida. Ou elas servem como máscara ideológica da troca somente de pessoal da classe política do sistema industrial.

Industrialização não significa apenas mudança do sistema de produção de uma sociedade. Industrialização também significa: mudança do ser humano. De um modo geral o ritmo de vida da sociedade pré-industrial volta-se firmemente ao ritmo da natureza. Isso significa para regiões com um clima determinado pelas estações do ano: alta atividade durante a fase do plantio e da colheita, baixa atividade durante o inverno. Também o ritmo diário na sociedade agrária é determinado pela natureza: atividade durante o dia, descanso durante a noite. Em zonas climáticas quentes completa-se através de etapas de descanso (sesta) durante a maior intensidade de sol. Todo um sistema cultural de costumes e diversões insere-se nesta relação do ritmo de vida social no compasso natural. Ao introduzir a grande máquina (MUMFORD, 1977) a revolução industrial pôs fim a este compasso que durante milhares de anos determinou o comportamento humano. Equipamentos industriais alocados nas empresas independem de dia ou noite; observado regularmente sua manutenção e mantida sua alimentação com matérias-primas e energia as máquinas funcionam durante bastante tempo. Apenas o defeito técnico ou a crise de mercado páram a linha de montagem. A medida humana, tipo esgotamento biológico ou falta de vontade não determina mais o ritmo de trabalho.

Com a introdução do sistema e da norma de trabalho industrial o que se descobriu no fundo foi o tempo. Mais precisamente: a uniformidade do ritmo de trabalho, do compasso das máquinas, corresponde

a distribuição do passado, presente e futuro na corrente ininterrupta de distâncias idênticas medidas através de um compasso homogêneo de máquinas operantes. A história do desenvolvimento técnico do relógio reflete a substituição da percepção do tempo pré-industrial através da norma do tempo industrial (THOMPSON, 1967). A grande máquina precisa para o seu funcionamento de mão-de-obra que tenha interiorizado esta norma de tempo. Somente motivação de trabalho esporádica não é suficiente. Qualidades como pontualidade, pré-disposição para um desempenho homogêneo acima de um longo tempo, trabalho que ultrapasse a própria necessidade caracterizam o homem sob o sistema industrial.

Antes que alguém se disponha aceitar tais qualidades, o mesmo oferecerá enormes resistências que já estão rompidas nos países com a industrialização efetivada. Não é por acaso que a industrialização na Europa desenvolve-se paralelamente ao serviço militar geral e diversos sistemas de educação e repressão. O processo de industrialização precisa do processo de civilização do homem. Norbert Elias (ELIAS, 1977) caracterizou este como processo de controle emotivo crescente e provou, num estudo histórico, que o homem submete progressivamente seus impulsos espontâneos às normas sociais. Numa outra forma de entendimento é formulado: o princípio da vontade é cada vez mais suplantado pelo princípio da realidade (MARCUSE, 1973). Os países europeus precisaram de muitas gerações para criar esse tipo de comportamento. De certa maneira ele já tinha sido preparado na época-industrial.

A confrontação despreparada dos países da África, Ásia e América-Latina com o industrialismo surgido na Europa demonstra claramente que a grande máquina necessita de determinadas formas de organiza-

ção social e cria uma cultura industrial padronizada (ADORNO & HORKHEIMER, 1946).

Sistemas sociais disfuncionais, como por exemplo a sociedade tribal ou as normas religiosas, são assimilados ao industrialismo em um processo frequentemente de choque. A universalização do sistema industrial é caracterizado pelos defensores do desenvolvimento industrial como sendo progresso.

DES MYTHOS DER GROSSEN MASCHINE

DIE IDEOLOGIE DES INDUSTRIALISMNS

ZUSAMMENFASSUNG: Der vorliegende Artikel thematisiert wesentliche soziale Transformationen, welche die Industrialisierung begleiten. Er unterzieht die wesentlich auf die Produktionsverhältnisse bezogene Marxsche Kritik der Gesellschaft einer Revision und fordert auf, auch die Produktivkräfte in die Kritik einzubeziehen. Sozialrevolutionäre Bewegungen haben wiederholt die Rolle uebernommen, welche die mitteleuropäischen bürgerlichen Klassen im 19. Jahrhundert spielten: Motor der industriellen Revolutionierung zu sein. Die Neudefinition gesellschaftlichen Fortschritts rückt, angesichts der ökonomischen, sozialen und nicht zuletzt ökologischen Krise der Industriegesellschaft zunehmend in den Mittelpunkt zeitgenössischer sozialwissenschaftlicher Diskussion.

SCHLUESSELBERGRIFFE: Industrialisierung; Marxismus; Ökologie; Technologie;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO Th. W. & HORKHEIMER, M. Dialektik der Aufklärung. Amsterdam, 1946.
- Alternative Technologie. Answege aus den Sachzwaengen unserer grosstechnologischen Zivilisation, Berlin, 1977.
- AMERY, Carl. Das Ende der Vorsehung; Die gnadenlosen Folgen des Christentums. Reinbek, 1974.
- _____. Natur als Politik - Die ökologischen Chancen des Menschen. Reinbek, 1976.
- ARON, Raymond. Die industrielle Gesellschaft. Farnkfurt, 1964.
- CLAESSENS, Dieter. Gruppe und Gruppenverbaende - Systematische Einfuehrung in die Folgen von Vergesellschaftung. Darmstadt, 1977.
- DICKSON, David. Alternative Technologie - Strategie der technischen Veraenderung, Muenchen, 1978.
- DUTSCHKE, Rudi. Versuch Lenin auf die Füße zu stellen. Berlin, 1974.
- ELIAS, Norbert. Ueber den Prozess der Zivilisation. Frankfurt, 1977.
- GALBRAITH, John Kenneth. Die moderne Industriegesellschaft. Muenchen, 1968.
- GORZ, André. Ökologie und Politik. Reinbek, 1977.
- HUBER, Joseph. Technokratie oder Menschlichkeit. Achberg, 1978.
- ILLICH, Ivan. Fortschrittsmythen. Reinbek, 1978.
- JUNGK, Robert. Der Atmosstaat; Vom Fortschritt in die Unmenschlichkeit. Muenchen, 1977.
- LENIN, W. I. Obras. v.27
- MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro, 1973.

- MARX, Karl. Das Kapital. Bd. I-3 In: Marx-Engels-Werke Bd. 23 ff. Berlin(Ost), 1967.
- MUMFORD, Lewis. Mythos der Maschine - Kultur, Technik und Macht. Frankfurt, 1977.
- NEMITZ, Rolf. Technick als Ideologie. Argument. 103. 1977.
- SAHLINS, Marshlls. Oekonomie der Fueelle - Die Subsistenzwirtschaft der Jaeger und Sammler. Technologie und Politik. 12, 1978.
- SCHEHL, Hellmuth. Vor uns die Sinttflut? Oekologie, Marxismus und die herrschende Zukunftsglaebigkeit. Berlin, 1977.
- TRAUBE, Kalus. Muessen wir umschalten? Von den politischen Grenzen der Technik, Reinbek, 1978.
- ULLRICH, Otto. Weltniveau - In der Sackgasse des Industriesystems. Berlin, 1979.
- THOMPSON, Eward P. Time; Work-discipline and Industrial Capitalism. Past and Present. 38, 56-97, 1967.

AS MULHERES QUE OUSAM SABER*

Um estudo etnográfico da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará.

Jane Felipe BELTRÃO

Antropóloga, Departamento de História e Antropologia da UFPa.

RESUMO: Busca compreender e discutir como foram tratadas, ou de tratadas, as mulheres paraenses ou moradoras do território paraense à época da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Grão-Pará. Para alcançar nosso objetivo, etnografamos o Livro da Visitação, publicado por Amaral Lapa em 1978, quantificando a devassa e indicando o preço pago pelas mulheres que ousam saber praticar terapias populares à época da Visitação. Demonstrando que as mulheres foram perseguidas, porque detinham um saber que redundava em poder e rompe o circuito de poder vigente da sociedade colonial paraense.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, mulheres, religião, perseguição a mulheres.

WOMEN WHO DARE TO KNOW

An ethnographic study about the Holy Office's Inquisition in the State of Grand Pará.

ABSTRACT: This study tries to demonstrate and also discuss how paraense women are the ones who lived in this territory were victims of the Inquisition Operation in Grão-Pará. Accomplishing this goal we interpreted described the "Livro da Visitação", by Amaral Lapa, published in 1978, showing statistics and why women paid for their "sins" of practicing popular therapeutic treatment in those days. By this work, we are able to affirm that women were persecuted because they had under their power knowledge which broke with the circle of authority established on the paraense Colonial Society.

KEY WORDS: Inquisition, women, religion, persecution of women.

* A primeira versão deste artigo foi apresentada, sob o título "Trabalho escravo e Trabalho feminino no Pará - o cotidiano nos documentos da Visitação do Santo Ofício da Inquisição", ao I Congresso Luso-Brasileiro sobre a Inquisição, em co-autoria com Rosa Elizabeth ACEVEDO MARIN, em Maio de 1978. Entretanto, ao etnografar o Livro da Inquisição o trabalho adquiriu os novos contornos, agora apresentados.